



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000949-19.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Raízen Energia S.A.**
 Requerido: **Carlos Cesar de Souza Construções-EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Raízen Energia S.A. ajuizou ação de cobrança pelo procedimento ordinário em face de **Carlos César de Souza Construções EPP**, aduzindo, em essência, ter custeado o valor de R\$3.000,00 referente a acordo realizado em ação trabalhista, na qual figurou como litisconsorte passivo juntamente com a ré. Alega que o pagamento foi efetuado a funcionário da ré em decorrência de rescisão contratual. Requer o reembolso, em regresso, do valor de R\$3.230,96, devidamente atualizado e acrescido de custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

Citada (fl. 105), a requerida apresentou resposta alegando que o acordo formulado na ação trabalhista foi homologado sem seu consentimento, assumindo o requerente o pagamento sobre a integralidade da dívida. Requereu a improcedência da ação (fls. 107/109).

Houve réplica (fls. 118/125).

Designou-se audiência para tentativa de conciliação, que restou infrutífera ante a ausência de composição entre as partes (fl. 138).

O feito foi saneado (fl. 151), deferindo-se a produção de prova oral, documental e testemunhal e designando-se audiência de conciliação, instrução e julgamento.

Rol de testemunha do autor (fl. 154). Silente a ré (fl. 155).

Em audiência, ausente a ré, foi ouvida uma testemunha e, encerrada a instrução processual, concedeu-se o prazo de cinco dias para apresentação de alegações finais (fl. 157).

0000949-19.2014.8.26.0233 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Manifestou-se a parte autora (fls. 159/160). O requerido quedou-se inerte (fl. 161).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

A ação é procedente.

Os documentos que instruem a contestação são insuficientes à comprovação da alegada miserabilidade, razão pela qual indefiro o pedido de justiça gratuita formulado pela requerida.

Ante o teor da resposta apresentada, são fatos incontroversos: (1) o pagamento pelo requerente nos autos da ação trabalhista nº 1064-59.2012.5.15.0106, na qual foi demandado em litisconsórcio com a requerida; (2) a responsabilidade da ré pelas verbas rescisórias de seu empregado.

Aplica-se, à hipótese, o artigo 346 do Código Civil, *in verbis*: “a sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor: III - do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte”.

Nesse ponto, legítima a pretensão do autor que figurou em ação trabalhista como coobrigado a pelos encargos trabalhistas que alega pertencer exclusivamente à ré.

Sobre o tema, leciona Flávio Tartuce: “efetivado o pagamento por terceiro, o credor ficará satisfeito (...) no entanto, como o devedor originário não pagou a obrigação continuará obrigado perante o terceiro que efetivou o pagamento” (TARTUCE, Flávio. *Direito Civil*. Série Concursos Públicos. São Paulo. Método, 2006).

A contestação não controverteu os fatos alegados na inicial e é insuficiente para afastar o direito pleiteado, uma vez que se limita à argumentação de que o acordo realizado nos autos da ação trabalhista foi efetivado espontaneamente pelo autor, nada esclarecendo sobre as relações jurídicas que existiam entre autor e ré e entre ela e o credor trabalhista.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE IBATÉ****FORO DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nesse ponto, a testemunha Mabio de Assis dos Santos informou que a requerida prestou serviços ao requerente no ano de 2012. Enfatizou que esteve presente na audiência em que o acordo restou homologado, constatando a ausência da ré.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, condenando o réu ao pagamento da importância de R\$ 3.230,96, acrescida de correção monetária desde o ajuizamento e de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação. Sucumbente, arcará a requerida com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 15% do valor da condenação atualizado, tendo em vista a modicidade do valor da causa.

Interposta apelação, intime-se a parte recorrida para apresentação de contrarrazões e, na sequência, remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

Ibaté, 03 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**